



310ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo Marcus da Costa Nunes Gomes, Rosemeire Maria de Jesus, Roberta Alice Zimbres Franzolin, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Marcia Denise Gusmão Coelho, Ronaldo Cheberle e Ivy Monteiro Malerba. Ausente a Conselheira Gilceli de Oliveira Ubiña. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, a Diretora Financeira Luana M. Forcioni Guedes e a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria. Por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, o Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos, e elencou os itens da pauta sendo: 1) Lista Tríplice Diretoria Administrativa – LC 92/22; 2) Concurso Público; 3) Prestação de contas dezembro/2022; 4) Prestação de Contas do 4º Trimestre/2022; 5) Aplicação financeira fundos Caixa Econômica Federal; 6) Renovação Credenciamento BEM DTVM e BGC LIQUIDEZ DTVM e 7) Plano de Ação – Pró Gestão. O Presidente do CaraguaPrev iniciou pelo primeiro item da pauta que trata da Lista Tríplice para composição da Diretoria Administrativa – LC 92/22, conforme inciso IV, do artigo 74 da Lei Complementar n.º 59/15, alterado pela Lei Complementar n.º 92/22. A nomeação do Diretor Administrativo será por escolha do Prefeito Municipal, dentre os incluídos em lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo, assim, após análise e deliberação, o Conselho aprova os seguintes nomes que possuem os requisitos necessários para investidura no cargo de Diretor Administrativo, sendo: 1) Paulo Henrique Passos do Nascimento, matrícula n.º 21777; 2) Anderson Franco Boytchuk do Nascimento, matrícula n.º 13351; e 3) Cristina Tiemi Abe Hirose, matrícula n.º 230. Em seguida passou para o segundo item da pauta que trata do concurso público para o provimento das seguintes vagas no CaraguaPrev: 01 (uma) vaga de Agente Administrativo, 01 (uma) vaga de Procurador Jurídico, 01 (uma) vaga de Contador, 01 (uma) vaga de Técnico de Contabilidade, 01 (uma) vaga de Técnico em Informática e 01 (uma) vaga de Motorista. O Presidente informou que o CaraguaPrev possui hoje apenas 08 (oito) servidores efetivos de seu quadro funcional e o último concurso foi a mais de 10 (dez) anos, informou ainda aos Conselheiros que diante do aumento da demanda, onde o Instituto conta com mais de 800 (oitocentos) aposentados e pensionistas, a necessidade de manutenção de gestão de qualidade, governança corporativa, controles



internos e educação previdenciária, é imprescindível a realização do concurso para provimento das vagas, assim, os Conselheiros aprovaram a realização de concurso público no CaraguaPrev. Após o Presidente do CaraguaPrev passou a palavra à Diretora Financeira, com o terceiro e quarto itens da pauta, que tratam da prestação da Prestação de Contas do mês de DEZEMBRO de dois mil e vinte e dois e Prestação de Contas do 4º Trimestre/2022, que estão disponibilizadas no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2022, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de dezembro a rentabilidade da carteira de investimentos do Instituto ficou abaixo da meta atuarial, com rentabilidade de -0,10% no mês e 3,79% no ano. No Brasil, os ativos em renda fixa, apresentaram performance positivas no mês, já os investimentos em renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior e BDR apresentaram performance negativas no mês. O IPCA avançou 0,62% (M/M) em dezembro. Acumulado de 5,79% em 12 meses. Com o resultado da última reunião do COPOM apresentando a manutenção da taxa Selic em 13,75%. No Brasil, a aprovação da PEC de transição, com ampliação relevante do limite de gastos em 2023 e autorização para que um novo arcabouço fiscal seja proposto via lei complementar, elevam o questionamento sobre uma eventual consolidação fiscal. A indicação da nova equipe, com ministros e autoridades em postos chave que veem um estado mais atuante e indutor do crescimento, reforça este sinal, indicando que o impulso fiscal deverá ser potencializado por uma maior atuação dos bancos públicos e elevação do investimento das empresas estatais. O Ibovespa fechou o mês com performance negativa, seguindo o movimento dos índices internacionais e refletindo a incerteza em relação à condução da política fiscal. No mês de dezembro, os mercados globais mostraram trajetória negativa, em virtude do discurso mais restritivo adotado por alguns bancos centrais com a conseqüente alta dos juros futuros. Nesse sentido, a perspectiva de desaceleração global continua apesar da visão mais favorável para a China dada a reabertura da economia, mas a alta de casos de Covid-19 tende a ser um fator negativo. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, a



posição dos investimentos: 1) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 49,11% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Comitê de maior alocação caso as NTN-Bs apresentem taxas superiores a meta atuarial; 2) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 3,09% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com redução dos fundos de investimento para o próximo mês; 3) Fundos Renda Fixa que representam 25,91% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, pois com o aumento da Selic para 13,75% os fundos de renda fixa tornaram-se atrativos, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial. Também foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o desinvestimento desses fundos para compra de Títulos do Tesouro Nacional; 4) FIDC Cota Sênior que representa 0,08% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual desses ativos; 5) Fundos de Ações que representam 11,82% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, mas diante do cenário econômico a renda variável terá muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Ata anterior, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será resgatado e aplicado fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial, assim o Comitê aprova o resgate. 6) Fundos de Investimento no exterior, que representam 6,01% da carteira do Instituto e Investimentos Estruturados que representam 3,98% da carteira do Instituto apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, mas diante do cenário econômico do exterior, devido ao cenário de guerra, alta de taxa de juros mundial, possível recessão dos Estados Unidos, os investimentos no exterior terão muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Atas anteriores, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será parcialmente resgatado e aplicado em fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial. Após apresentação, a Prestação de Contas mensal e trimestral passou por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo, sendo aprovadas



por todos os presentes. Após passou para o quinto item da pauta, da aplicação financeira em fundos da Caixa Econômica Federal. Inicialmente tratou do credenciamento do Fundo de Investimento FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA, CNPJ: 23.215.008/0001-70, aprovado anteriormente pelo Comitê de Investimentos, enquadrado no Artigo 7º, inciso III, “a”, da Resolução CMN nº 4.963/2021. Analisado também a solidez da Instituição Financeira previamente cadastrada no CaraguaPrev e o alto patrimônio líquido presente no fundo, também analisado pela consultoria financeira LDB empresas, que concluiu que fundo está apto a receber aplicações, sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo. Assim, a fim de buscar uma maior rentabilidade e diversificação, após análise ficou aprovado pelos Conselheiros o resgate de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), do FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, para aplicação no FI CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FIXA, CNPJ: 23.215.008/0001-70. Realizado também o credenciamento do Fundo de Investimento FI CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO LP, CNPJ: 14.120.520/0001-42, aprovado anteriormente pelo Comitê de Investimentos, enquadrado no Artigo 10, inciso I, da Resolução CMN nº 4.963/2021. Analisado também a solidez da Instituição Financeira previamente cadastrada no CaraguaPrev e o alto patrimônio líquido presente no fundo, também analisado pela consultoria financeira LDB empresas, que concluiu que fundo está apto a receber aplicações, sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo. Assim, a fim de buscar uma maior rentabilidade e diversificação, após análise ficou aprovado pelos Conselheiros o resgate do valor total aplicado no fundo de investimento ITAU INSTITUCIONAL ALOCACAO DINAMICA RF FICFI, CNPJ 21.838.150/0001-49, o resgate do valor total do fundo de investimento ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO, CNPJ 05.073.656/0001-58 e o resgate de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) do fundo de investimento ITAU PRIVATE MULTIMERCADO SP500 BRL FICFI, CNPJ 26.269.692/0001-6, para aplicação dos respectivos valores no fundo de investimento FI CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO LP, CNPJ: 14.120.520/0001-42. Após análise ficou constatado que o Fundo de Investimento ITAU INSTITUCIONAL ALOCACAO DINAMICA RF FICFI obteve rentabilidade nos últimos 12 meses de 7,83%, o fundo de investimento ITAÚ RENDA FIXA IMA-B ATIVO obteve rentabilidade nos últimos 12 meses de 4,94% e fundo de investimento ITAU PRIVATE MULTIMERCADO SP500 BRL FICFI obteve rentabilidade nos últimos 12 meses de -11,92%, em contrapartida o Fundo de Investimento FI CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO LP obteve rentabilidade nos últimos 12 meses de 13,03%, acima da meta atuarial do CaraguaPrev, buscando assim uma maior rentabilidade e proteção dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O sexto item da pauta trata da renovação do Credenciamento BEM DTVM e BGC LIQUIDEZ DTVM, que após análise foi aprovado pelos membros do Conselho



Deliberativo. A Diretora Financeira passou a palavra ao Presidente do CaraguaPrev que parabenizou e registrou que os membros do Conselho Deliberativo, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Roberta Alice Zimbres Franzolin e Rosemeire Maria de Jesus, foram aprovadas na certificação para conselheiro deliberativo pela Certificadora TOTUM. Informou ainda que todos os membros do Comitê de Investimentos, todos os membros do Conselho Fiscal e todos os membros da Diretoria Executiva foram aprovados pela Certificadora TOTUM. Em seguida o Presidente passou a palavra ao servidor Natanael Norões, que fez uma breve explanação sobre o Plano de Ação – Pró Gestão para o exercício de 2023, que foi enviada previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e sugestões. O Plano de Ação pretende traçar as diretrizes das ações institucionais a serem alcançadas no período proposto, dimensionadas por área de atuação do RPPS e contendo os objetivos específicos, justificativas, descrição das atividades a serem realizadas, o que foi aprovado pelos Conselheiros presentes. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 20 de maio de 2023. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 16h e 15min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Marcus da Costa Nunes Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo

Roberta Alice Zimbres Franzolin
Membro do Conselho Deliberativo



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificado ANBIMA CPA-10



Ronaldo Cheberle
Membro do Conselho Deliberativo

Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo

Ivy Monteiro Malerba
Membro do Conselho Deliberativo

Rose Ellen de Oliveira Faria
Diretora de Benefícios



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA-10



Luana Moussalli Forcioni Guedes
Diretora Financeira
Certificado ANBIMA CPA-10

